



Parecer Prévio 00122/2023-1 - Plenário

Processos: 03151/2023-7, 02505/2021-1, 02423/2021-5

Classificação: Recurso de Reconsideração

UG: PMMF - Prefeitura Municipal de Muniz Freire

Relator: Domingos Augusto Taufner

Interessado: EVANDRO PAULUCIO, GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR

Recorrente: CARLOS BRAHIM BAZZARELLA

Procuradores: HELIO DEIVID AMORIM MALDONADO (OAB: 15728-ES), LEANDRO JOSE DONATO SARNAGLIA (OAB: 18810-ES), PRISCILIANE TOMAZELLI MOZER (OAB: 6526E-ES, OAB: 32398-ES), RODRIGO CONHOLATO SILVEIRA (OAB: 13397-ES)

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE – PARECER PRÉVIO TC 0034/2023 - PRIMEIRA CÂMARA – DAR PROVIMENTO PARCIAL

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:

1 RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. Carlos Brahim Bazzarella, em face do Parecer Prévio TC 0034/2023 - Primeira Câmara, proferido no Processo TC 2423/2021, que recomendou ao Legislativo de Muniz Freire a rejeição da prestação de contas relativas ao exercício de 2020, sob sua responsabilidade, em razão da permanência das seguintes irregularidades: **Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro** (exercício anterior) (subseção 3.2.1.2 do RT 256/2022-3); **Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas** (subseção 3.3.1.1 do RT 256/2022-3); **Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020** (subseção 3.4.11 do RT 256/2022-3); **Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020** (subseção 3.4.12 do RT 256/2022-3).

O Conselheiro Relator, através do Despacho 22973/2023, encaminhou os autos à Secretaria Geral das Sessões (SGS) para verificação do prazo para interposição do recurso, bem como solicitou o apensamento dos autos do Processo. Em resposta, a SGS prestou as informações pertinentes através do Despacho 29753/2023, atestando a tempestividade do recurso.

Em sequência, o Relator, por meio da Decisão Monocrática 1143/2023-3, conheceu do recurso, e determinou a remessa dos autos para o Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas - NRC, onde foi elaborada a **Instrução Técnica de Recurso 00355/2023-1**, que opinou pelo **não provimento do recurso**.

Ato seguinte, o Ministério Público de Contas se manifestou através **Parecer 04330/2023-7**, da lavra do Exmo. Procurador de Contas Luís Henrique Anastácio da Silva, anuindo à proposta contida na Instrução Técnica de Recurso 00355/2023-1, pugnando pelo não provimento do recurso.

É o relatório, passo a fundamentar.

2 ADMISSIBILIDADE

Precipuamente, verifico que o presente Recurso de Reconsideração foi conhecido por meio da Decisão Monocrática 01143/2023-3, na forma do artigo 164 e 165 da Lei Complementar nº. 621/2012¹ (Lei Orgânica desta Corte de Contas) e do artigo 405² do Regimento Interno deste Tribunal (RITCEES).

Verifico ainda, que foram cumpridas as formalidades explícitas no art. 156 da Lei Orgânica e art. 405, §§ 1º a 4º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, tendo a equipe técnica se manifestado por meio da Instrução Técnica de Recurso

¹ Art. 164. De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, cabe recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, para apreciação do Plenário, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte, pelo interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista nesta Lei Complementar.

Art. 165. O recurso de reconsideração, interposto por petição dirigida ao Tribunal de Contas, conterá: I - os nomes e a qualificação das partes; II - os fundamentos de fato e de direito; III - o pedido de nova decisão.

² Art. 405. Da decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, caberá recurso de reconsideração ao Plenário, podendo ser formulado uma só vez e por escrito.

00355/2023-1 e o Ministério Público de Contas foi ouvido e se manifestou por meio do Parecer 04330/2023-7. Portanto, os autos estão aptos para julgamento.

Passo à análise do mérito.

3. DO MÉRITO

Através do Parecer Prévio TC 0034/2023 - Primeira Câmara, proferido no Processo TC 2423/2021, esta Corte recomendou ao Legislativo de Muniz Freire-ES a rejeição das suas contas, conforme disposto a seguir:

1. PARECER PRÉVIO TC-034/2023:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. Declarar à revelia do **Sr. Evandro Paulúcio**, diante da não identificação de resposta ao Termo de Citação 336/2022-9 (peças 76 e 110);

1.2. Emitir Parecer Prévio recomendando ao Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Muniz Freire**, no exercício de **2020**, sob a responsabilidade do Sr. **EVANDRO PAULUCIO**, prefeito do município de Muniz Freire no exercício de 2020 pelo período de 31/08/2020 a 23/09/2020, conforme art. 80, I da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, I do RITCEES e **com fundamentos no item VI deste voto**.

1.3. Considerar regular os seguintes indícios de irregularidades, sugerido pela Área Técnica, em face de seus argumentos fáticos e jurídicos:

1.3.1 Dotação atualizada se apresenta em valores superiores à receita prevista atualizada (**subseção 3.2.8 do RT 256/2022-3**);

1.3.2 Expedição de ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta) (**subseção 3.4.5 do RT 256/2022-3**);

1.3.3 Inscrição em Restos a Pagar Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa (**subseção 3.4.8 do RT 256/2022-3**);

1.3.4 Inscrição em Restos a Pagar Não Processados sem Suficiente Disponibilidade de Caixa (**subseção 3.4.8 do RT 256/2022-3**);

1.3.5 Expedição de ato, nos últimos 180 dias de mandato, que resultasse em aumento da despesa com pessoal (Declaração incompleta) (**subseção 3.4.10.1 do RT 256/2022-3**);

1.3.6 Contrair obrigações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato sem suficiente disponibilidade de caixa (**subseção 3.4.10.3 do RT 256/2022-3**);

1.3.7 Não comprovação do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 1.666/2020, Processo TC 3.627/2015 (subseção 7.2 do RT 256/2022-3, acerca do item 4 do RT 150/2022-3).

1.4. Considerar passível de ressalva a seguinte irregularidade, em face de seus argumentos fáticos e jurídicos:

1.4.1 Distorção entre a dotação atualizada apurada e a evidenciada entre Balancete da Execução da Despesa Orçamentária - BALEXOD e Demonstrativo do Créditos Adicionais – DEMCAD (**subseção 3.2.1.1 do RT 256/2022-3**);

1.5. Manter as seguintes irregularidades, com o condão de macular as contas de governo devido a grave infração à norma legal:

1.5.1 Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior) [**subseção 3.2.1.2 do RT 256/2022-3**].

1.5.2 Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (**subseção 3.3.1.1 do RT 256/2022-3**).

1.5.3 Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 (**subseção 3.4.11 do RT 256/2022-3**);

1.5.4 Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020 (**subseção 3.4.12 do RT 256/2022-3**);

1.6. Emitir Parecer Prévio recomendando ao Legislativo Municipal a **REJEIÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Muniz Freire**, no exercício de **2020**, sob a responsabilidade do Sr. **CARLOS BRAHIM BAZZARELLA** (período 01/01/2020 a 30/08/2020 e de 24/09/2020 a 31/12/2020), prefeito do município de Muniz Freire, na forma do art. 80, III da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, III do RITCEES;

1.7. Formar de autos apartados, após trânsito em julgado do presente processo, nos termos dos art. 134, inciso III, e § 2º e 281 do RITCEES, com a finalidade de se responsabilizar pessoalmente o **sr. Carlos Brahim Bazzarella** pelo descumprimento do disposto no art. 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00;

1.8. Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo de Muniz Freire, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022, das ocorrências registradas no RT 256/2022-3 e reproduzidas na ITC 4378/2022-1, nos seguintes termos:

1.8.1 da necessidade de atendimento à IN TCEES 68/2020 encaminhando, nas próximas prestações de contas, Ato Normativo estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, referente ao exercício da prestação de contas anual;

1.8.2 das ocorrências registradas no tópico renúncia de receitas do RT 256/2022-3, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar as informações quanto a renúncia de receitas na prestação de contas para o próximo exercício atendendo todas as exigências da IN 68/2020; aperfeiçoar o

planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro); além de atentar para as exigências normativas para execução, ampliação sobre a concessão de benefícios fiscais;

1.8.3 da necessidade de providenciar junto às unidades gestoras integrantes do município, a correta classificação e retificação contábil dos saldos derivados de operações intraorçamentárias, pertinentes a contas de ativo, passivo e patrimônio líquido, na forma do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

1.8.4 da importância do pleno cumprimento do disposto no artigo 45, da LRF, assegurando que o início de novas obras não prejudique a continuidade daquelas já iniciadas, e caso a execução ultrapasse um exercício financeiro, observe que não poderá iniciá-las sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, conforme estabelece o art. 167, § 1º, da CF;

1.8.5 da importância da transparência na gestão pública;

1.8.6 da importância da promoção de uma política pública de manutenção e aprimoramento do controle interno.

1.8.7 como forma de alerta, para a importância de proceder, nos próximos exercícios, o reconhecimento do ajuste para perdas conforme IN TC 36/2016 (item 3.9.3. do RT 150/2022, proc. TC 2.505/2021, apenso).

1.9. Dar ciência aos interessados;

1.10. Arquivar os autos após os trâmites legais.

2. Unânime.

[...]

Irresignado, o gestor apresenta o presente Recurso de Reconsideração em face do Parecer Prévio supramencionado, questionando as irregularidades mantidas no parecer prévio supracitado, as quais passo a analisar.

3.1 - INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DE SUPERÁVIT FINANCEIRO (EXERCÍCIO ANTERIOR) - Subseção 3.1 da ITR 00355/2023-1.

No item 3.2.8 do RT 256/2022-3, foi verificada insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação (Fonte: 215) e proveniente do superávit financeiro (Fonte: 990) oriundo de exercício anterior,

vejamos:

DEMCAD			BALANCETE RECEITA		BALPAT	
Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)–(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)–(b)
215 - Transferências fundo a fundo de recursos do sus provenientes do governo federal (Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde)	58.605,00	356.100,00	-342.390,98	-400.995,98	2.951.731,23	2.595.631,23
990 - outros recursos vinculados	30.130,72	623.621,01	1.299.769,01	1.269.638,29	251.150,03	-372.470,98

Conforme evidenciado no Parecer Prévio guereado, afirmou a Área Técnica, através da ITC 4378/2022, que “a documentação encaminhada não é suficiente para corroborar as argumentações apresentadas, tendo em vista que não foram encaminhadas cópias dos decretos de abertura dos créditos, mas apenas listagem de créditos adicionais da fonte 215, sendo que para a fonte 990 não há qualquer documentação”. (g.n.)

No tocante à irregularidade, sustenta o Recorrente no seguinte sentido:

Em relação a “insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro” o Parecer Prévio recorrido averbou que:

Em resposta, os gestores responsáveis apresentaram justificativa através da peças Defesa de Justificativa 1449/2022 e Peça Complementar 58294/2022 ponderando que o crédito adicional aberto pelo **Decreto nº. 8.531/2020 para a fonte de recurso 215 teve como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício anterior**, e não o excesso de arrecadação registrado na contabilidade. Já em **relação ao crédito adicional aberto pelo Decreto nº. 8.253/2020 para a fonte de recurso 990, a fonte de recursos seria o excesso de arrecadação**, e não o superávit financeiro do exercício anterior registrado na contabilidade.

Desta forma, após os devidos ajustes relativos ao equívoco no registro dos créditos suplementares efetivados por superávit financeiro da fonte de recurso “990 – OUTROS RECURSOS VINCULADOS” que, verdadeiramente, se referem a créditos abertos por excesso de arrecadação, afirma os responsáveis que a fonte de recursos “990 – OUTROS RECURSOS VINCULADOS”, gerou um saldo de excesso de arrecadação de R\$ 646.017,28, valor este suficientemente capaz de dar cobertura aos créditos abertos na fonte de recurso em questão.

O Núcleo de Controle Externo Consolidação de Contas de Governo (NCCONTAS) através da ITC 4378/2022 afirmou que assim como no item V.1.1 deste voto, a documentação encaminhada não é suficiente para corroborar as argumentações apresentadas, tendo em vista que **não foram encaminhadas cópias desses decretos, mas apenas listagem de créditos adicionais da fonte 215, sendo que para a fonte 990 não há qualquer documentação.** Portanto, permanece mantida a presente irregularidade.

Em apertada síntese, o Parecer Prévio indicou a ausência de apresentação dos Decretos nºs 8.531/2020 e 8.253/2020, como forma de demonstração da regularidade da abertura de créditos adicionais suplementares.

Destarte, no presente Recurso, **seguem esses documentos**, motivo pelo qual se **impõe o reconhecimento da regularidade da questão.**

Aduz o recorrente que, tendo em vista que o Parecer Prévio indicou a ausência de apresentação dos Decretos nºs 8.531/2020 e 8.253/2020, como forma de demonstração da regularidade da abertura de créditos adicionais suplementares, tais documentos seriam anexados aos autos junto ao presente recurso, com o objetivo de afastar a irregularidade. Contudo, não foram apresentados quaisquer documentos.

Por este motivo, a equipe técnica opina pela manutenção da irregularidade.

De fato, ao compulsar os autos não foi possível localizar os referidos decretos. Não obstante, verifica-se da análise que ocorreu a insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação na Fonte 215. Contudo, a referida fonte 215 possuía saldo superavitário, proveniente de superávit financeiro do exercício anterior, em montante suficiente a cobrir os valores que ficaram com saldos insuficientes, na mesma fonte.

O mesmo ocorre com a Fonte 990, que apresentou insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente do superávit financeiro. No entanto, havia saldo superavitário nesta fonte referente a excesso de arrecadação.

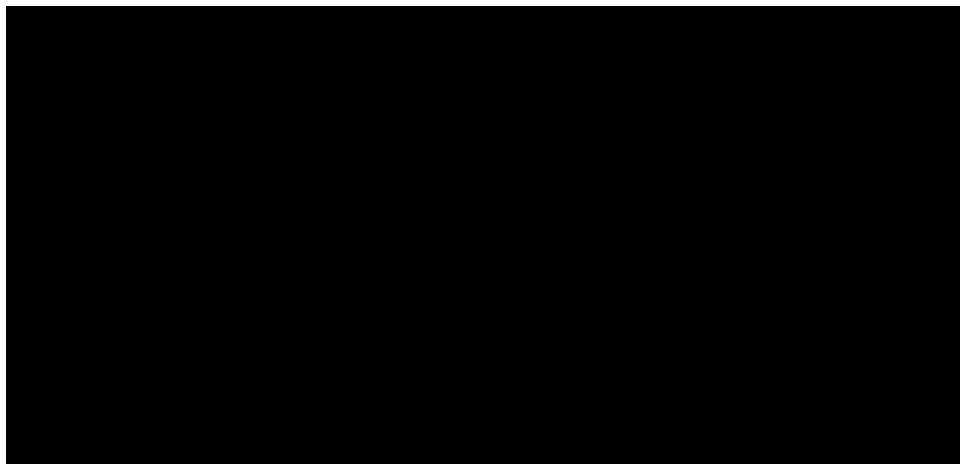
Pode-se concluir que, de fato, ocorreu falha ao se especificar a origem do recurso para a abertura dos créditos adicionais, mas efetivamente havia recursos suficientes nas fontes analisadas, para cobrir os créditos adicionais que foram abertos.

Portanto, não ocorreu prejuízo a execução do orçamento, não se sendo esta irregularidade, por si só, capaz de comprometer as contas ao ponto de maculá-las.

Diante do exposto, acompanhando parcialmente o opinamento da área técnica e Ministério Público de Contas, **mantenho esta irregularidade, tão somente no campo da ressalva**, vez que ela não teve o condão de macular as contas

3.2. - APURAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO EM DIVERSAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIANDO DESEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS -
Subseção 3.2 da ITR 00355/2023-1.

Em análise aos autos, verifica-se que a análise do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, identificou déficit financeiro nas fontes 111, 112, 113, 620 e 710, levando a fonte de recursos ordinários, com saldo de R\$ 861.996,10, a não possuir saldo suficiente para a cobertura do total do saldo negativo das demais fontes, que totalizaram R\$ 882.956,61:



O recorrente reconhece a existência do *déficit* financeiro, no entanto, sustenta que esta deveria ser mantida apenas no campo da ressalva.

A equipe técnica ressalta que o déficit financeiro nas fontes de recursos está correlacionado com os restos a pagar inscritos como não processados, ou seja, ainda não foram objetos de liquidação, e adicionalmente sem a cobertura de lastro financeiro para lhe garantir o pagamento, tratando-se, assim, de grave irregularidade, em evidente ofensa ao equilíbrio financeiro, opinando por manter a irregularidade.

Verifica-se da análise desta irregularidade, que restou um **déficit financeiro de R\$ - 20.960,51.**

Este Relator, ao analisar irregularidades desta natureza, observa o princípio da

razoabilidade e avalia o esforço fiscal exercido pelo gestor, não sendo diferente neste caso.

Desta forma, ao avaliar a gestão como um todo ao longo do exercício, bem como o montante irrelevante de déficit financeiro apurado, é imperioso aplicar a razoabilidade, considerando que o referido déficit, por ser de pequena monta, não é capaz de impactar o equilíbrio financeiro do ente.

Nesse sentido, **acompanhando parcialmente** o entendimento técnico e ministerial, **mantenho a presente irregularidade, sem condão de macular as contas.**

3.3 - PUBLICAÇÕES EXTEMPORÂNEAS DOS RREOS DO 1º BIMESTRE, DO 2º BIMESTRE, DO 3º BIMESTRE, DO 4º BIMESTRE E DO 5º BIMESTRE DE 2020; E PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA DO RGF DO 2º QUADRIMESTRE DE 2020 - Subseção 3.3 da ITR 00355/2023-1.

O presente tópico trata de duas irregularidades, quais sejam, “publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020”, e “Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020”, vejamos:

Tabela 41 - Publicação do RREO

Referência	Meio de Divulgação	Data Limite para Publicação	Data da Publicação	Republicação
1º Bimestre	Portal de Transparência	30/03/2020	14/08/2020	N
2º Bimestre	Portal de Transparência	30/05/2020	14/08/2020	N
3º Bimestre	Diário Oficial	30/07/2020	01/10/2020	N
4º Bimestre	Portal de Transparência	30/09/2020	26/10/2020	N
5º Bimestre	Portal de Transparência	30/11/2020	14/12/2020	N
6º Bimestre	Portal de Transparência	30/01/2021	02/03/2021	N

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCM/2020

Tabela 42 - Publicação do RGF

Referência	Meio de Divulgação	Data Limite para Publicação	Data da Publicação	Republicação
1º Quadrimestre	Portal de Transparência	30/05/2020	26/10/2020	N
2º Quadrimestre	Portal de Transparência	30/09/2020	26/10/2020	N
3º Quadrimestre	Portal de Transparência	30/01/2021	02/03/2021	N

Fonte: Processo TC 02423/2021-5 - PCM/2020

No tocante aos tópicos em análise, o parecer prévio foi emitido no seguinte sentido:

V.1.10 Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 (3.4.11 do RT 256/2022-3)

[...]

Pois bem. A publicação extemporânea configura infringência ao art. 165, § 3º, da Constituição Federal de 1988 e ao art. 52, caput, da Lei Complementar 101/2000. Embora o gestor tenha declarado que a publicação dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 tenham sido divulgados no prazo correto através de mural nas dependências da Prefeitura Municipal, não consta nos autos documentação que comprove essa divulgação em atendimento ao disposto no Parecer em Consulta 23/2017.

Desse modo, considerando que as justificativas apresentadas não foram suficientes para sanear apontamento, **mantenho a presente irregularidade**, uma vez que restou caracterizada a infringência ao art. 165, § 3º, da Constituição Federal de 1988 e ao art. 52, caput, da Lei Complementar 101/2000.

[...]

V.1.11 Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020 (item 3.4.12 do RT 256/2022-3)

Tendo em vista o achado, o responsável foi citado para apresentar suas justificativas. Em resposta encaminhada através da peça Defesa/Justificativa 1.449/2022-1, alegou que de fato houve a publicação tardia dos RGF, contudo, pondera que o referido relatório foi divulgado no prazo correto no átrio (ou mural) das dependências da Prefeitura Municipal.

Em análise as peças de defesa, bem como a justificativa apresentada, constata-se que o gestor não logrou êxito em sua defesa, uma vez que não consta nos autos documentação que comprove essa divulgação em atendimento ao disposto no Parecer em Consulta 23/2017. Portanto, **a presente irregularidade permanece mantida**.

Apesar da LRF ter definido as características do RGF, ela não fixou a obrigatoriedade e o prazo para o seu envio aos Tribunais de Contas ou mesmo as penalidades a serem aplicadas ao gestor no caso de seu descumprimento. Esse papel coube a Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), ao estabelecer os parâmetros gerais para os pontos acima mencionados, conforme se depreende da leitura de trechos do seu art. 5º reproduzidos a seguir:

Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

[...]

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

§ 2º A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Calha mencionar que no texto da referida lei não constou um prazo específico para a remessa do RGF aos Tribunais de Contas ficando a cargo desses órgãos determiná-lo por intermédio de instrumentos normativos/legais, tendo por base as prerrogativas constitucionais conferidas aos órgãos de controle externo.

A Lei de Crimes Fiscais (art. 5º, §2º) definiu, ainda, a competência dos Tribunais de Contas para, nas suas respectivas órbitas de atuação, processarem e julgarem as infrações tratadas no art. 5º daquele diploma legal.

Portanto, determino a **formação de autos apartados**, após trânsito em julgado do presente processo, nos termos dos art. 134, inciso III, e § 2º e 281 do RITCEES, com a finalidade de se responsabilizar pessoalmente o Prefeito Municipal pelo descumprimento do disposto no art. 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00, face ao item 3.4.12

do RT 232/2022-8 “Publicação extemporânea do RGF do 1º quadrimestre de 2020”.

Irresignado, o recorrente sustenta, em síntese, que o Parecer Prévio asseverou, em ambos os casos, a ausência de prova quanto a publicação em átrio da Prefeitura dos balancetes. Nesse sentido, afirmou que os referidos documentos seriam encaminhados junto ao recurso, objetivando o reconhecimento da regularidade da questão.

Sustenta, ainda, *“o Prefeito, segundo a Lei Orgânica, conta com o assessoramento do Secretariado, em desconcentração de poder – art. 74, inciso II, e 79”*, indicando que são atribuições de competência da Secretaria de Finanças e de Planejamento, respectivamente, a escrituração contábil e a elaboração do RGF, e que, por se tratar de irregularidade de natureza contábil, praticada em desconcentração de poder, por outro agente público, estaria afastada a presença de dolo em sua conduta.

Após análise dos argumentos apresentados no recurso, a equipe técnica verificou que, embora o Recorrente informe em sua fundamentação que realizaria juntada de prova de suas Justificativas, este não juntou qualquer documentação. Quanto ao argumento de que existe desconcentração de poder no município, e que o dolo em sua conduta deveria ser afastado, por se tratar de irregularidade de natureza contábil, praticada por outro agente público, ressalta o técnico que a presente irregularidade, não é contábil, pois não se refere à elaboração dos RREO e do RGF, mas a sua publicação, que foi extemporânea, sendo do gestor a responsabilidade pela publicação dentro do prazo.

Pois bem.

O apontamento em questão se refere a “publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020”, bem como a “Publicação extemporânea do RGF do 2º quadrimestre de 2020”.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é uma exigência da Constituição Federal, prevista no artigo 165, §3, e deve ser publicado periodicamente, conforme prazo estabelecido no art. 52, *caput*, da LRF. Este relatório possibilita a sociedade compreender a situação fiscal do município, com as informações sobre a

execução orçamentária da receita e da despesa.

Quanto ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) sua obrigatoriedade está prevista no art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da LRF, que definem a periodicidade e o prazo para publicação. Trata-se de um importante instrumento de Transparência da Gestão Fiscal, que auxilia no controle, no monitoramento e na publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF.

No caso em tela, nota-se que ambos os relatórios foram publicados, entretanto, de forma extemporânea.

Em que pese a intempestividade da publicação dos referidos relatórios, há de se notar que não ocorreu no caso em tela o descumprimento das metas fiscais ao longo deste exercício, ou mesmo uma gestão fiscal irresponsável.

Conforme consta do Relatório Técnico 00256/2022, que analisou a Prestação de Contas (TC 202423/2021-5), as informações do processo demonstram o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Primário e o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO. Além disso, foram cumpridos os gastos com educação e saúde, estabelecidos na Constituição.

Por esta razão, esta Corte tem entendido que publicação extemporânea dos RREOs e do RGF, constitui uma irregularidade de baixa gravidade, não ensejando a rejeição das contas.

Nesse sentido, foi o posicionamento da equipe técnica e da 2ª Câmara deste Tribunal, exarado no Parecer Prévio 00017/2023-6, senão vejamos:

PARECER PRÉVIO 0017/2023-6

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2020 –
EMITIR PARECER PRÉVIO – RECOMENDAR À CÂMARA
MUNICIPAL A APROVAÇÃO COM RESSALVA DAS CONTAS
– DETERMINAR – DAR CIÊNCIA AO ATUAL PREFEITO**

**MUNICIPAL E AOS DEMAIS INTERESSADOS – ARQUIVAR
APÓS OS TRÂMITES REGIMENTAIS PREVISTOS NO ART.
131 DA RESOLUÇÃO TC 261/2013.**

(...)

**2.2 – DAS PUBLICAÇÕES EXTEMPORÂNEAS DOS RREOs DO 1º, 2º E 3º
BIMESTRES DE 2020**

Da análise dos autos, percebe-se que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária alusivo ao 1º, 2º e 3º bimestres do exercício 2020, da Prefeitura Municipal de João Neiva foram publicados em inobservância ao prazo da lei, o que resta confesso pela defesa, que atribuiu o não cumprimento do prazo ao processo de formalização de escrituração contábeis e que, eventuais incorreções devem ser de responsabilidade daqueles de dispõem de conhecimento para a prática de tais atos.

Embora tenha o Prefeito Municipal responsabilidade também pela omissão de não ter adotada as medidas cabíveis para que tais atrasos não acontecerem e, pior, de forma reiterada, compartilho do entendimento do Corpo Técnico e do Ministério Público quando entendem que referida irregularidade possui baixíssimo grau de lesividade e que, mantidas, não devem gerar nem a rejeição e nem a ressalva nas contas de governo em análise, cujas razões integram a presente decisão, independentemente de transcrição.

Assim, perfilho das razões contidas na ITC 03956/2022-8, nos seguintes termos:

(...)

Ao justificar tal fato, o defendente alega que a responsabilidade pela publicação seria do Contador do município citando norma contábil, sem correspondência, com o indício de irregularidade.

Com base na Constituição Federal do Brasil no §3º do artigo 165 e art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a responsabilidade por fazer a publicação do RREO compete ao chefe do Poder Executivo e não ao contador do município.

Constituição Federal

Art. 165

Os presentes autos cuidam do não cumprimento da obrigação de publicação no prazo determinado do Relatórios Resumido da Execução Orçamentária (RREO) alusivo ao 1º, 2º e 3º bimestres, do exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de João Neiva, sob a responsabilidade do Sr. **Otávio Abreu Xavier**, conforme apontado no Relatório Técnico 183/2022-8 que teve como fonte a base de dados do sistema CidadES do TCEES; o veículo de divulgação informado no sistema CidadES do TCEES; e a consulta à base de dados do Siconfi.

Ao analisar a Tabela 39 do Relatório Técnico 183/2022-8, pode ser constatado que houve a publicação tardia no Diário Oficial e no Portal da Transparência do município, dos RREO's referente aos 1º, 2º e 3º bimestres de 2020.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Lei de Responsabilidade Federal

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3o do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

[...]

Logo, a responsabilidade pela publicação dos RREO's do 1º, 2º e do 3º bimestres de 2020 é do Prefeito de João Neiva responsável pelo exercício de 2020, Sr. **Otávio Abreu Xavier**.

Dessa forma, sugere-se pela manutenção do indício de irregularidade apontado no Relatório Técnico 183/2022-8.

Mantida a irregularidade caracterizada pela publicação extemporânea dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre e do 3º bimestre de 2020, em infringência ao art. 165, §3º, da CF/1988 c/c art. 52, *caput*, da LRF. No entanto, conforme registros, em função da baixa gravidade da irregularidade, tal ocorrência **não deve ensejar rejeição ou ressalva** às contas de governo sob análise.

Por outro lado, sugere-se **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo, como forma de alerta, para a necessidade de publicação tempestiva do RREO em cumprimento ao disposto no art. 165, §3º, da CF/1988 c/c art. 52, *caput*, da LRF.

(...)

Assim sendo, em concordância com a Área Técnica e com o Ministério Público de Contas, entendo pela manutenção da irregularidade, entretanto, sem repercussão em contas de governo.

Nessa toada, determino ao atual gestor, ou a quem o substituir, para que adote as medidas necessárias para que o RREO seja publicado de forma tempestiva, em cumprimento ao disposto no art. 165, §3º, da CF/1988 c/c art. 52, *caput*, da LRF.

No que se refere a extemporaneidade da publicação do RGF, importa ressaltar que, embora não tenha afetado a gestão fiscal e o cumprimento das metas fiscais, ela configura uma infringência legal, passível de aplicação da multa prevista no artigo 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00.

Seguindo essa premissa, consta no Parecer Prévio recorrido, a determinação de formar de autos apartados, após trânsito em julgado do presente processo, com a finalidade de se responsabilizar pessoalmente o gestor, pelo descumprimento do disposto no art. 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00.

Contudo, entendo que no caso em tela, deve ser mitigada essa responsabilização, considerando que o atraso ocorreu exatamente no ano em que se iniciou a Pandemia da COVID-19.

No exercício de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da Covid-19, o que levou ao reconhecimento de estado de calamidade, a fim de serem dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho previstos na LRF e na LDO/2020.

Portanto, foi público e notório que a pandemia dificultou a atuação das gestões no ano de 2020, com a imprevisibilidade causada pelos seus efeitos, o que demandou consideráveis esforços para enfrentar desafios e adaptação as medidas de isolamento.

Diante disso, entendo não ser razoável responsabilizar o gestor pessoalmente pelo atraso na publicação do RGF, considerando o contexto da pandemia, onde foi dispensado até mesmo o atingimento dos resultados fiscais.

Válido dizer que esta Corte já entendeu de forma semelhante, conforme se extrai do Acórdão 01403/2022-9 – Plenário.

Pelos motivos expostos, acompanho parcialmente o parecer da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, mantendo as irregularidades, mas sem condão de macular as contas.

Ante todo o exposto, **acompanhando parcialmente** o parecer da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, VOTO para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Relator

1. PARECER PRÉVIO TC-122/2023-1:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas, em:

1.1. CONHECER do presente **Recurso de Reconsideração**, nos termos artigos arts. 164 e 165 da Lei Complementar Estadual nº. 621/2012 (Lei Orgânica desta Corte de Contas), c/c art. 405 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.2. No mérito, dar **PROVIMENTO PARCIAL ao recurso**, reformando parcialmente o Parecer Prévio 0034/2023 - Primeira Câmara, exarado no Processo de Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Muniz Freire (TC 02423/2021-5), sob responsabilidade do **Sr. Carlos Brahim Bazzarella**, relativo ao exercício de 2020 no sentido de manter as irregularidades abaixo descritas **no campo da ressalva, sem condão de macular as contas**, quais sejam:

1.2.1 Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (exercício anterior);

1.2.2 Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas

1.2.3 Publicações extemporâneas dos RREOs do 1º bimestre, do 2º bimestre, do 3º bimestre, do 4º bimestre e do 5º bimestre de 2020 e do RGF do 2º quadrimestre de 2020;

1.3. EMITIR PARECER PRÉVIO dirigido à Câmara Municipal de Muniz Freire, recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da prestação de contas anual da Prefeitura Municipal, relativa ao exercício de 2020, sob responsabilidade do Sr. **CARLOS BRAHIM BAZZARELLA**, na forma do art. 80, II, da LC 621/2012, c/c art. 132, II, do RITCES;

1.4. AFASTAR a determinação de formar de autos apartados, com a finalidade de se responsabilizar pessoalmente o sr. Carlos Brahim Bazzarella pelo descumprimento do disposto no art. 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.028/00;

1.5. Manter os demais termos do Parecer Prévio 00034/2023-1 ;

1.6. Dar ciência aos interessados;

1.7. Após os trâmites regimentais, **arquivar** os autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 09/11/2023 – 55ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Domingos Augusto Taufner (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Manoel Nader Borges, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheira substituta: Márcia Jaccoud Freitas (em substituição)

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Presidente

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Relator

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

Em substituição

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTACIO DA SILVA

Procurador-geral

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário-geral das Sessões